

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.542.711 - RS (2015/0167828-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE** : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA  
AGRÁRIA  
**RECORRIDO** : JOARES BRASIL DA SILVA  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO. OMISSÃO. ARGUMENTO RELEVANTE. ALEGAÇÃO EM MOMENTO OPORTUNO. VÍCIO CARACTERIZADO.

1. Há violação do art. 535 do CPC/1973 quando o aresto recorrido, apesar de regulamente provocado por meio de embargos de declaração, deixa de se manifestar sobre ponto relevante para a solução da controvérsia.

2. No caso, o Tribunal *a quo* não apresentou as razões pelas quais afastou a aplicabilidade dos arts. 21 e 22 da Lei n. 8.629/1993, 1.208 do Código Civil e 64 a 71 do Decreto-lei n. 9.760/1946, muito embora tenham sido apontados oportunamente pela parte nos embargos de declaração e, inclusive, abordados na sentença reformada.

3. Recurso especial provido, com determinação de retorno dos autos à origem.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes  
Relator